Juiz pede prioridade na análise de casos de agressão contra mulher

12/12/2012

Presidente do Fórum Nacional de Juízes de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher (Fonavid), o juiz Álvaro Kalix Ferro defendeu maior proatividade da magistratura e prioridade para o julgamento de casos envolvendo agressões por questão de gênero. “É necessário que os juízes saiam de trás da mesa e façam a diferença na sociedade”, afirmou. A palestra foi parte do Curso de Iniciação Funcional de Magistrados — Módulo Nacional, promovido pela Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados (Enfam).

Ferro apresentou números que revelam a situação da violência de gênero no Brasil: são 372 casos de homicídio por mês, o que significa uma mulher morta a cada duas horas. O juiz, que também atua no âmbito do Conselho Nacional de Justiça, alertou os 62 jovens julgadores paulistas que participam do curso acerca das dificuldades para fazer valer a Lei Maria da Penha.

Segundo o juiz, em regra, somente as capitais estão aparelhadas com varas de violência contra a mulher e, de modo geral, as comarcas do interior não possuem estrutura para atender as vítimas de agressões. Para Ferro, é fundamental que o juiz procure ajuda do município para arregimentar uma equipe multidisciplinar para auxiliá-lo na proteção das mulheres agredidas sempre que o Judiciário local não dispuser das condições ideais.

“Mulher honesta”
O julgador destacou que a violência de gênero ainda é uma questão cultural no Brasil, e lembrou que o Código Penal, até recentemente, estipulava a figura da “mulher honesta” na tipificação de crimes sexuais. “A própria lei era discriminatória. É preciso uma mudança de mentalidade para que haja a aplicação da Lei Maria da Penha em sua plenitude”, ressaltou.

Por outro lado, Ferro enfatizou que a legislação atual — fruto de condenação do Brasil pela Corte Interamericana de Direitos Humanos — é uma das mais modernas do mundo, protegendo a mulher não apenas da violência física, mas também da psicológica, moral, sexual e patrimonial. O julgador também celebrou que o Supremo Tribunal Federal tenha considerado a Lei Maria da Penha constitucional.

O Curso de Iniciação Funcional de Magistrados — Módulo Nacional segue até a próxima sexta-feira (14/12). Cerca de 35 órgãos de fiscalização, controle e execução de políticas sociais se apresentarão para a 1ª Turma do curso, que é um dos projetos prioritários da nova gestão da Enfam. *Com informações da Assessoria de Imprensa do STJ.*

Fonte: https://conjur.jumps.com.br/2012-dez-12/juiz-prioridade-analise-casos-agressao-mulher/

Copyright © 2026 Consultor Jurídico